



MUNICIPIO DE MELGAÇO

RELATÓRIO DE GESTÃO

2010



RELATÓRIO DE GESTÃO

2010

I – INTRODUÇÃO

Na execução do Orçamento de 2010 foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, desenvolvendo-se a execução do orçamento e das Grandes Opções do Plano, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos diplomas legais.

Os documentos de prestação de contas apresentados reflectem os estrangulamentos que o orçamento municipal sofreu no ano de 2010, com especial ênfase para o 2º Semestre. As medidas de austeridade derivadas dos Planos de Austeridade e Crescimentos (PEC) fizeram-se sentir em todas as vertentes da sociedade portuguesa. O Município de Melgaço, sofreu uma diminuição da receita oriunda das Transferências do Orçamento de Estado no valor de 600.917 €, cerca de 8% da receita corrente, o que para um Município com receitas próprias pouco representativas, significa orientar prioridades para a execução de obras e projectos financiados por Fundos Comunitários.

Apesar dos constrangimentos financeiros e económicos sentidos, a execução orçamental de 84,99% reflecte o cumprimento do planeamento e das opções aprovadas. Salienta-se, a nível do Abastecimento de água e Saneamento Básico as obras em curso com financiamento do POVT; intervenção no Parque de Campismo de Lamas de Mouro (infra-estruturas e bungalows); Acesso ao Centro Hípico da APPACDM; Percursos Marginais do Rio Minho; 1ª Fase da requalificação das Termas do Peso – Melgaço (infra-estruturas, Bar e envolvente).

A criação de sinergias com as Instituições e associações, os empresários, e mesmo a própria população tem o objectivo de promover o desenvolvimento social e económico, através da cooperação institucional e vários apoios como por exemplo o PDSS, o Melgaço Finicia, entre outros.

Estando já no decurso da execução do QREN, o Município sente apesar das diversas candidaturas aprovadas, atrasos significativos nas transferências das verbas de projectos já executados, o que se reflecte na taxa de execução de 40,95 % das receitas de capital.

Para o cumprimento do estipulado na Lei 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) apresenta-se o Relatório de Gestão do Exercício de 2010, de forma a ser apreciado pelo órgão deliberativo, para os efeitos previstos na Lei 18/2006 de 29 de Agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas).



II - ANALISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES (2006 - 2010)

2.1 - Receitas e Despesas

Nos registo contabilísticos foram utilizados os métodos mais adequados à especificidade inerente aos modos de classificação das receitas e das despesas, por forma a que se tornem claras e visíveis situações e tendências que clarifiquem a situação financeira e patrimonial do Município.

RECEITA

Tipo de Receitas	Ano de Referência	Previstas	Cobradas	Execução (%)
CORRENTES	2006	5.864.814,00 €	5.596.301,41 €	95,42
	2007	6.302.015,00 €	5.856.730,91 €	92,93
	2008	8.601.184,00 €	7.778.288,74 €	90,43
	2009	8.369.444,00 €	7.490.532,93 €	89,50
	2010	8.940.278,00 €	7.886.685,71 €	88,22
CAPITAL	2006	8.829.555,00 €	6.333.001,17 €	71,72
	2007	20.529.773,00 €	15.466.079,61 €	75,34
	2008	15.661.682,15 €	10.199.225,15 €	65,12
	2009	16.763.620,00 €	8.439.882,29 €	50,35
	2010	11.607.699,26 €	4.753.699,31 €	40,95

DESPESA

Tipo de Despesas	Ano De Referência	Previstas	Realizadas	Execução (%)
CORRENTES	2006	5.838.890,00 €	5.402.868,82 €	92,53
	2007	9.076.369,63 €	8.464.117,91 €	93,25
	2008	9.904.308,19 €	9.036.910,78 €	91,24
	2009	10.663.486,54 €	9.977.987,92 €	93,57
	2010	9.996.584,74 €	9.209.201,79	92,12
CAPITAL	2006	8.855.479,00 €	5.544.720,72 €	62,61
	2007	19.429.423,12 €	12.526.025,30 €	64,47
	2008	14.071.840,00 €	11.624.586,15 €	82,61
	2009	16.951.888,98 €	12.764.732,67 €	75,30
	2010	11.464.692,11 €	9.031.669,89 €	78,78

VALORES GLOBAIS

Anos	Prevista	Realizada	Execução %
2006	14.694.369,00 €	10.947.589,54 €	74,50
2007	28.505.792,75 €	20.990.143,21 €	73,63
2008	23.976.148,19 €	20.661.496,93 €	86,18
2009	27.615.375,52 €	22.742.720,59 €	82,36
2010	21.461.276,85 €	18.240.871,68 €	84,99



2.2 - Encargos com o pessoal

Evolução do número de Trabalhadores

Ano	Nº de Trabalhadores
2006	184
2007	186
2008	231
2009	309
2010	317

Caracterização dos Trabalhadores por Cargo/Carreira

	Dirigentes Intermédios	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Pessoal de Informática	Outros (POC, PEPAL, etc)	Total
2010	6	32	55	178	6	24	317

Despesas com Pessoal

Informação sobre a evolução das despesas com pessoal:

N.º 5 do artigo 50º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais:

	2007	2008	2009	2010
Despesas com Pessoal	3.114.054 €	3.413.165,48 €	4.331.105,28 €	4.569.426,36 €
Aquisição de serviços com pessoas singulares	73.013 €	9.118,77 €	28.356,23 €	18.136,49 €
TOTAL	3.187.067 €	3.422.284,25 €	4.397.773,57 €	4.587.562,85 €
Aumento resultante da actualização dos vencimento dos funcionários públicos		55.572,92€	93.743,14 €	-----
Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central		-----	459.322,99 €	-----
Aumento resultante de disposições legais		55.097,59 €	39.417,72 €	-----
Aumento resultante de sentenças judiciais		-----	-----	-----
Aumento		124.547,37 €	344.693,41 €	236.795,29 €
Nº de aposentações, rescisões ou de cessação do vínculo profissional		48	43	48
Nº de Admissões de pessoal		7	111	56



2.3 - Evolução do endividamento

CAPACIDADE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO

Empréstimos de médio e longo prazo

Ano de Referência	Limite Legal (Critério) FBM+FGM+FCM/ 4	Limite Legal (Valor)	Pagamento de Amortizações	Pagamento de Juros	Total	Capacidade Utilizada %
2006	6.086.957,00 €/4	1.521.739,25 €	451.112,37 €	215.801,52 €	666.913,89 €	43,83

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

ANOS	VALOR	Amortizações	Juros
2006	12.861.637,88 €	754.452,73 €	411.279,59 €
2007	11.378.223,56 €	1.530.437,54 €	575.126,28 €
2008	10.614.042,08 €	764.181,48 €	557.663,56 €
2009	12.247.560,03 €	1.058.346,05 €	310.539,59 €
2010	11.253.598,13 €	1.362.384,96 €	157.056,20 €

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LIQUIDO MUNICIPAL

(Artigo 37º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais)

Data do reporte	Limites ao endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Situação (Margem/Excesso)	
	Líquido	Médio e longo prazo	Líquido	Médio e longo prazo		Líquido	Médio e longo prazo
	1	2	3	4		6=1-3	7=2-4
31-12-07	8.160.677,98 €	6.528.542,38 €	5.614.640,62 €	6.501.059,23 €	4.877.250,63 €	2.546.037,36 € (margem)	27.483,15 € (margem)
31-12-08	8.661.193,56 €	6.928.954,85 €	8.068.449,00 €	5.996.717,31 €	4.617.324,77 €	592.744,56 € (margem)	932.237,54 € (margem)
31-12-09	9.089.324,04 €	7.271.459,23 €	12.370.141,51 €	7.934.652,14 €	4.312.907,89 €	3.280.817,47 € (excesso)	663.192,91 € (excesso)
31-03-10	9.222.016,08 €	7.377.612,86 €	12.238.733,86 €	7.478.966,00 €	4.796.325,31 €	3.016.717,79 € (excesso)	101.353,14 € (excesso)
30-06-10			11.585.722,05 €	7.240.380,69 €	4.708.631,00 €	2.363.705,98 € (excesso)	137.232,17 € (margem)
30-09-10			10.955.346,83 €	6.994.503,94 €	4.618.739,24 €	1.733.330,75 € (excesso)	383.108,92 € (margem)
31-12-10			10.421.346,25 €	6.741.272,73 €	4.512.325,40 €	1.199.330,18 € (excesso)	636.340,13 € (margem)

RELAÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS E NÃO PAGOS

ANOS	VALOR
2006	3.815.470,94 €
2007	3.431.213,50 €
2008	4.839.968,72 €
2009	5.067.778,79 €
2010	5.173.011,34 €





IV – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício de 2010 no montante de 1.079.184,40 €, de acordo com o definido no ponto 2.7.3. do DL 54-A/99 de 22 de Fevereiro com as respectivas rectificações:

Após a transferência do Resultado Líquido do Exercício para a conta 59 "Resultados Transitados", a distribuição do saldo existente da seguinte forma:

- reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 – Património corresponda a 20% do Activo Líquido
- constituir o reforço anual da conta 571 – Reservas Legais no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

O Presidente da Câmara Municipal

António Rui Esteves Solheiro

